

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.603 - RJ (2018/0316857-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : ELOÍSIO MONTEIRO DE OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : MARINALVA REGINA SCHWAMBACH DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : SAULO NASCIMENTO COUTINHO - ES013765  
MARIA NAZARET DE CASTRO BATISTA E OUTRO(S) - ES013876  
CAMILLA GOMES DE ALMEIDA BADA - ES011199  
LUCIANA DE ALMEIDA SIMÕES - ES020221  
**AGRAVADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**AGRAVADO** : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA  
**ADVOGADO** : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTRO(S) - RJ106445

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ELOÍSIO MONTEIRO DE OLIVEIRA e MARINALVA REGINA SCHWAMBACH DE OLIVEIRA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial fundado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: a) tese firmada sob o rito dos recursos especiais repetitivos no julgamento do REsp n. 1.443.870/PE (Tema n. 835); b) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a simples transcrição de ementas ou julgados; e c) incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial. Limitou-se a sustentar que a divergência jurisprudencial foi demonstrada e a trazer no recurso de agravo ementas de julgados não apresentados anteriormente, deixando de refutar os óbices das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, o que atrai a aplicação da Súmula n. 182 do STJ.

A propósito, confira-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. JUÍZO DE PRELIBAÇÃO NEGATIVO. ÓBICES NÃO COMBATIDOS. SÚMULA N. 182 DO STJ. INCIDÊNCIA. IMPUGNAÇÃO DETALHA E ESPECÍFICA. NECESSIDADE. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. Em respeito ao princípio da dialeticidade, o teor do enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ, segundo o qual é inviável o agravo do art. 1.021, § 1º, do novo CPC que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada.

2. Ao repetir, nas razões do agravo regimental, a malfadada estratégia de tão somente transcrever o arrazoadado vertido no recurso especial, sem demonstrar a agravante que impugnou ponto por ponto os óbices lançados no juízo de prelibação realizado pelo Tribunal *a quo*, não há outro destino para o regimental senão a sua rejeição preliminar.

3. "Como tem reiteradamente decidido esta Corte, os recursos devem impugnar, de maneira específica e pormenorizada, os fundamentos da decisão contra a qual se insurgem, sob pena de vê-los mantidos. Não são suficientes meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à inadmissão do agravo ou do recurso especial ou a insistência no mérito da controvérsia" (AgRg no AREsp n. 1.234.909/SP, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 2/4/2018).

4. Agravo regimental não conhecido. (AgRg no AREsp n. 843.841/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/10/2018.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. POSSIBILIDADE DE NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie o disposto no arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. O entendimento firmado pela C. Segunda Seção, no julgamento do REsp 880.605/RN, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/acórdão Min. MASSAMI UYEDA, em sessão realizada no dia 13/06/2012, publicado no DJE de 17/9/2012, por maioria, pacificou a jurisprudência desta Corte no sentido da inexistência de abusividade da cláusula que prevê a possibilidade de não renovação do contrato de seguro de vida em grupo.

3. Ao repisar os fundamentos do recurso especial, a parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp n. 1.701.581/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 26/3/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n.

1.250.914/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 13/6/2018, AgInt no AREsp n. 1.119.082/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2017, AgInt no AREsp n. 941.148/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 20/2/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

